

O PERFIL DAS BIBLIOTECAS CONTEMPORÂNEAS

Marta Lígia Pomim Valentim¹

1 INTRODUÇÃO

No intuito de iniciar a reflexão sobre o perfil de bibliotecas contemporâneas, é fundamental resgatar a etimologia da palavra *contemporâneo*, cuja origem procede do Latim *contemporaneus* e *contemporanii*. Este termo é formado pelo prefixo *con* (relacionado a convergência), pelo substantivo *tempus/temporis* (tempo, duração, fração de tempo) e pelo sufixo *aneus* (aneos), denotando pertencimento. Segundo Cunha (2010) o adjetivo *contemporâneo* indica ser algo que é vivenciado na mesma época. Nessa perspectiva, aborda-se o perfil da biblioteca atual, ressaltando seu papel na sociedade hodierna.

Destaca-se o contexto econômico, social e tecnológico que impõe mudanças significativas no modo de atuação das bibliotecas, por essa razão, é necessário ampliar os papéis e as responsabilidades, inovando constantemente e promovendo mudanças incrementais e/ou radicais.

As bibliotecas vêm se tornando espaços de conhecimento, cujo reconhecimento social tem aumentado significativamente. Por outro lado, as bibliotecas enfrentam vários desafios neste novo milênio, uma vez que as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas têm impactado diretamente as estratégias de ação, a mediação da informação, os objetivos dos serviços prestados e as finalidades dos produtos elaborados aos diferentes públicos.

Em relação aos desafios contemporâneos, pode-se citar as novas formas de ensino-aprendizagem, que são: cursos a distância, salas de aula virtuais, materiais didáticos e científicos em repositórios institucionais; a interação com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) móveis, por exemplo, o *tablet*, o *smartphone*; as novas formas de mediação relacionadas às necessidades/demandas da sociedade em rede; o desenvolvimento da competência em informação no público usuário, para que saibam manejar a informação no ambiente eletrônico e digital; o acesso aberto (*open access*) e gratuito à informação (*copyleft*); entre outros. Esses são desafios que exigem uma nova maneira de atuar, um novo papel a cumprir junto ao público usuário.

1. Professora adjunta da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

A sociedade brasileira é mais consciente do valor da informação e do conhecimento para sua efetiva cidadania, bem como para o desenvolvimento local, regional e nacional. Sendo assim, as bibliotecas têm redimensionado sua atuação ressignificando sua importância para a sociedade.

2 SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) apresenta em seu art. 3º o seguinte texto: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional”, e em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XIV - é assegurado a todos o acesso à informação” (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, apesar de as bibliotecas não terem sido citadas diretamente, quando se destaca que é *assegurado a todos o acesso à informação*, as bibliotecas têm uma responsabilidade social perante à sociedade. Targino (2004, p. 9) afirma que “A informação é direito social de todos. É um bem comum que pode e deve ser partilhado por todos, indistintamente”.

Lux (2007) explica que é fundamental que as bibliotecas passem, de fato, a fazer parte da agenda, seja no âmbito do governo federal, estadual ou municipal, seja no âmbito de universidades, escolas ou outros tipos de instituições.

No cenário nacional pode-se destacar o Projeto de Lei (PL) nº 28/2015, em tramitação no Senado Federal, que institui a Política Nacional de Bibliotecas. Em seu art. 3º estabelece que,

é dever da administração pública, em todas as suas instâncias:

- I) garantir a construção, a preservação e a difusão pluralista das culturas, dos saberes, das artes e das ciências;
- II) favorecer a construção da identidade social dos cidadãos;
- III) gerir e colocar à disposição dos cidadãos os bens simbólicos de que trata esta lei (Brasil, 2015b).

O referido PL, em seu art. 18 atribui a obrigatoriedade “à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal consignarem em seus orçamentos verbas destinadas à criação, à manutenção e à expansão dos programas de acesso ao livro, de incentivo à leitura e das coleções do acervo das bibliotecas sob as suas responsabilidades” (Brasil, 2015b).

Caso o PL nº 28/2015 seja aprovado, as bibliotecas públicas terão garantidos os recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento, situação que não ocorre atualmente, uma vez que essa decisão depende de cada gestão de governo. Sendo assim, a biblioteca pública depende da compreensão do governante sobre sua importância para a comunidade, ou seja, se ela receberá ou não os recursos necessários para gerir as atividades inerentes à sua função e responsabilidade.

Também em tramitação na Câmara dos Deputados, há o PL nº 3.727/2012 e o PL nº 6.959/2013, que estabelecem critérios para a instalação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município do país (CFB, 2015).

Destaca-se a Lei de Acesso à Informação (LAI), instituída pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que assegura o direito constitucional de acesso às informações públicas. A LAI abrange os três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios (Brasil, 2011a).

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído pela Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 7.559, de 1 de setembro de 2011, abriga um conjunto de programas e projetos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas (Brasil, 2011b). O PNLL estabelece

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), (...) levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (Caderno..., 2014).

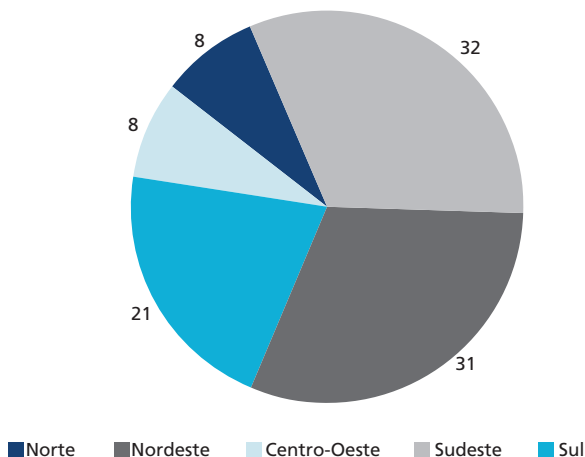
São quatro os eixos que orientam a implantação do PNLL:

- Eixo 1: democratização do acesso;
- Eixo 2: fomento à leitura e à formação de mediadores;
- Eixo 3: valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; e
- Eixo 4: desenvolvimento da economia do livro.

No entanto, ressalta-se que a ênfase dessa lei recai sobre as editoras e livrarias e não sobre as bibliotecas, como deveria ser, uma vez que as bibliotecas públicas e escolares são os aparelhos culturais que, realmente, possibilitam a democratização do acesso à informação, bem como propiciam as condições necessárias para o fomento à leitura e à formação de leitores.

No âmbito das bibliotecas públicas,² existem 6.102 distribuídas no país da seguinte maneira: 503 na região Norte, 1.847 na região Nordeste, 501 na região Centro-Oeste, 1.958 na região Sudeste e 1.293 na região Sul (gráfico 1).

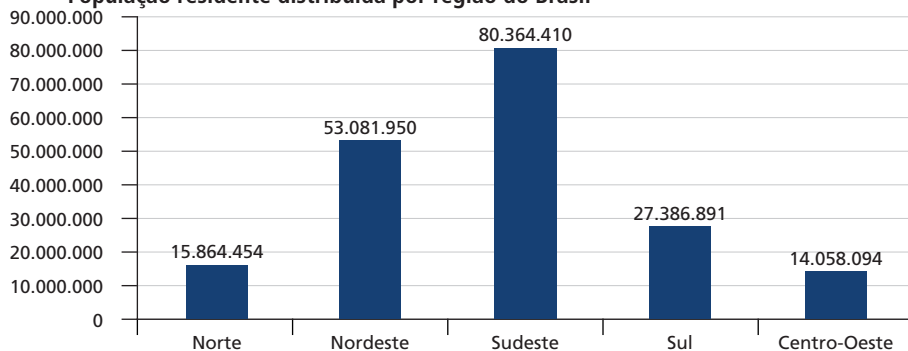
GRÁFICO 1
Distribuição das bibliotecas públicas no Brasil
(Em %)



Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/>>. Elaboração da autora.

Evidencia-se que o número de bibliotecas públicas distribuídas por região é diretamente proporcional à população do país, ou seja, as regiões mais populosas possuem mais municípios e, portanto, maior quantidade de bibliotecas públicas (gráfico 2).

GRÁFICO 2
População residente distribuída por região do Brasil



Fonte: IBGE (2011, p. 81).

2. De acordo com os *Dados das bibliotecas públicas no Brasil* do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<https://goo.gl/s3LGY4>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

No Brasil, as bibliotecas públicas têm atuado como bibliotecas escolares, uma vez que a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas. Algumas escolas possuem salas ou oficinas de leitura, contudo não contemplam os requisitos essenciais do que se considera ser uma biblioteca escolar. Dessa maneira, as bibliotecas públicas são requisitadas por estudantes do ensino fundamental e médio que, por sua vez, ao atenderem essa demanda da sociedade, não desenvolvem plenamente a função para a qual de fato existem.

Para a International Federation of Library Associations and Institutions e a The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Ifla e Unesco, 1994), os valores fundamentais de uma sociedade somente serão atingidos quando os cidadãos tiverem acesso à informação que lhes possibilite exercer os direitos democráticos. Para tanto, a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação de qualidade, quanto do acesso livre ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (Ifla/Unesco, 1994, p. 1).

A biblioteca pública é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Por essa razão, é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleça.

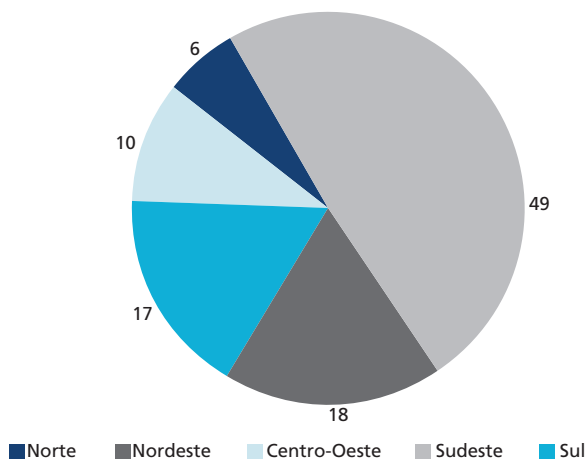
Em relação as bibliotecas universitárias, ressalta-se a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, cujos princípios definidos no art. 3º prevê, entre outros aspectos: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; (...) IX - garantia de padrão de qualidade” (Brasil, 1996). Para que esses princípios básicos possam ser de fato alcançados, é fundamental contar com o apoio da biblioteca universitária (educação superior) e da biblioteca escolar (educação básica).

Conforme os dados coletados no Censo Escolar 2012, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),³ são 2.416 instituições de ensino superior (IES) no país, distribuídas da seguinte forma: 154 na região Norte, 444 na região Nordeste, 236 na região Centro-Oeste, 1.173 na região Sudeste e

3. Ver o banco de dados Inepdata, em Consulta de Informações Educacionais, *Número de instituições de educação superior*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/inepdata>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

409 na região Sul. Se for considerado que cada instituição possui uma biblioteca, existem 2.416 bibliotecas universitárias no país (gráfico 3), distribuídas da maneira a seguir.

GRÁFICO 3
Distribuição das instituições de ensino superior no Brasil
(Em %)



Fonte: Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>.
Elaboração da autora.

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado para uma vigência de dez anos, regulamentado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, define algumas metas e estratégias de ação que envolvem as bibliotecas escolares.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, *bibliotecas*, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, *bibliotecas*, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

- 7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das *bibliotecas* nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet (Brasil, 2014, grifos nossos).

Destaca-se, também, a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país (Brasil, 2010). Contudo, Silva (2011) acredita que há sérias deficiências conceituais e conteudísticas na referida lei, tanto no que se refere à caracterização da biblioteca escolar, quanto à sua consolidação, uma vez que não prevê sanções no caso do não cumprimento da lei.

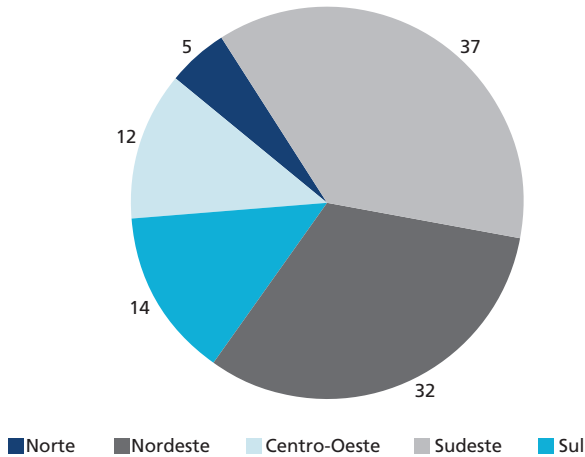
Balmant (2013) acredita que seria necessário construir 130 mil bibliotecas até 2020 para atender à Lei nº 12.244/2010, visto que 72,5% das escolas brasileiras não possuem bibliotecas. Para Pozzebom (2015), seria necessário construir em torno de “64,3 mil bibliotecas em escolas públicas até 2020 para cumprir a meta (...) prevista na Lei nº 12.244. (...) A cinco anos do fim do prazo, 53% das 120,5 mil escolas públicas do país não têm biblioteca ou sala de leitura”. Apesar de haver diferença entre os dados (2013 e 2015) apresentados pelos autores supracitados, percebe-se que há um desafio significativo por parte dos governantes, no que tange ao cumprimento da lei no prazo previsto. É um esforço necessário para atender as metas estabelecidas no PNE.

Segundo o manifesto de Ifla e Unesco (2000, p.1), “A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios”.

A biblioteca escolar representa o primeiro contato formal do estudante com a leitura, principalmente se a leitura não for uma prática familiar. Quando a leitura não ocorre no ambiente familiar, a biblioteca escolar passa a ser determinante para promover o gosto pela leitura, atividade que fará diferença na formação do indivíduo.

A partir dos dados coletados no Censo Escolar 2014, verificam-se 188.673 estabelecimentos atuantes na educação básica, contemplando as seguintes modalidades: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos que, por sua vez, estão distribuídos da seguinte forma: 23.288 na região Norte; 70.210 na região Nordeste; 10.062 na região Centro-Oeste; 59.432 na região Sudeste; e 25.681 na região Sul (gráfico 4).

GRÁFICO 4

Distribuição dos estabelecimentos atuantes na educação básica no Brasil
(Em %)

Fonte: Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>.
Elaboração da autora.

Nota-se, de acordo com o gráfico 4, que há uma concentração de instituições voltadas à educação básica no Nordeste e Sudeste do país, evidenciando que os governos estaduais e municipais, responsáveis pela implantação do ensino médio e fundamental, têm se preocupado em oferecer espaços educacionais que propiciem à sociedade o acesso à educação. No entanto, conforme Balmant (2013) e Pozzebom (2015) mencionam, as bibliotecas escolares não fazem parte desses espaços, comprometendo significativamente os princípios definidos pelo PNE.

Segundo o manifesto de Ifla e Unesco (2000, p. 2),

A biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural. A responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, portanto, deve essa agência ser apoiada por política e legislação específicas.

Sendo assim, é fundamental mudar este cenário, caso contrário não haverá avanço. A educação, tanto no nível básico (ensino fundamental e médio) quanto no nível superior (graduação e pós-graduação), depende de estruturas que contemplem boas bibliotecas, pois estas não só contribuem para a aprendizagem, mas, o mais importante, se constituem em espaços de cidadania, uma vez que valorizam o conhecimento e democratizam o acesso à informação.

Na sociedade brasileira contemporânea existem diferentes tipos de bibliotecas. No que tange aos espaços tradicionais ocupados, pode-se mencionar as bibliotecas

públicas, as bibliotecas universitárias, as bibliotecas especializadas, os centros de informação e documentação. Em relação aos espaços tradicionais pouco ocupados, destacam-se as bibliotecas escolares. Isso ocorre decorrente do fator econômico, visto que o salário pago no âmbito das bibliotecas escolares é abaixo da média do mercado de trabalho e, portanto, não atrai os profissionais formados em biblioteconomia, que preferem atuar em outros tipos de bibliotecas que mais bem remuneram.

É importante mencionar, também, que atualmente existem apenas 37 mil bibliotecários atuantes no país, segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB, 2015, p. 13), ou seja, são poucos profissionais formados em biblioteconomia e, por essa razão, o mercado de trabalho absorve quase a totalidade dos profissionais disponíveis para ocupar cargos e funções nos diferentes tipos de bibliotecas. Nessa perspectiva, vale lembrar que há um acordo de parceria entre o Conselho Federal de Biblioteconomia e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, estabelece as bases de cooperação, visando o planejamento e a implementação do curso de bacharelado em biblioteconomia a distância, a ser ofertado nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo projeto está em andamento.

Essa iniciativa visa formar em pouco tempo, mas com a qualidade necessária, uma quantidade de profissionais que possam assumir postos de trabalhos em regiões onde há deficiência deste tipo de profissional, principalmente considerando as leis e os projetos de leis anteriormente mencionados, que impõem ao país a contratação de um grande número de profissionais da área de biblioteconomia.

Dessa maneira, evidencia-se que as bibliotecas contemporâneas, por meio dos organismos de classe que as representam no cenário nacional, têm participado da formulação de políticas públicas voltadas à informação.

3 BIBLIOTECAS E CONTEMPORANEIDADE

Na sociedade contemporânea, em que a informação eletrônica e/ou digital se constitui em uma realidade, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida pessoal, existem dúvidas, por parte de alguns, em relação a real permanência das bibliotecas. Se, por um lado, há o interesse em propiciar o acesso livre à informação, por outro lado, há o interesse de que a informação seja controlada, principalmente no que tange a sua aquisição e acesso.

Assunção e Reis (2012) enfatizam que esta é uma questão polêmica, uma vez que se trata do controle ao acesso à informação e ao conhecimento, cuja responsabilidade coube às bibliotecas de diferentes segmentos e tipologias, ao longo da história da humanidade.

Quando o Google anunciou ainda em 2004, que iria digitalizar cerca de 15 milhões de livros de bibliotecas norte-americanas e britânicas, com a finalidade de criar a maior biblioteca digital do mundo, o mercado editorial e os diretores de bibliotecas ao redor do mundo reagiram imediatamente. Questionava-se então, o que uma empresa poderia fazer ao assumir o controle desta enorme quantidade de informação. Seria então, o nascimento do maior monopólio do conhecimento existente na história e a possível extinção das bibliotecas? Ou, a concretização do sonho mítico da biblioteca universal? (Assunção e Reis, 2012, p. 1).

Nessa perspectiva, as bibliotecas devem – por meio de seus representantes – se engajar na discussão sobre o *copyright* (a informação é considerada uma mercadoria, e para adquiri-la e/ou acessá-la é necessário pagar para tê-la) e o *copyleft* (a informação é considerada um bem público, e para adquiri-la e/ou acessá-la não é necessário pagar por ela). Na primeira situação, as editoras comerciais e universitárias, os bancos e as bases de dados se constituem detentores dos direitos sobre os conteúdos produzidos; na segunda situação, o conhecimento gerado por pesquisadores, docentes, discentes e indivíduos de qualquer segmento: científico, tecnológico, cultural, artístico etc. é de livre acesso (*open access*). A democratização do acesso ao conhecimento é possível, a partir do armazenamento em repositórios institucionais dos conteúdos produzidos, desde que abertos a toda a sociedade.

As bibliotecas universitárias e especializadas têm desempenhado um importante papel na constituição de repositórios institucionais, uma vez que as universidades e os institutos de pesquisa brasileiros são os que mais geram conhecimento no país, conhecimento este advindo de pesquisas realizadas por pesquisadores, docentes e discentes. No entanto, ressalta-se que nem sempre os repositórios institucionais são abertos à sociedade em geral, muitas vezes apenas a comunidade universitária ou especializada tem acesso aos próprios conteúdos gerados, e isso ocorre frente à situação vivenciada atualmente, qual seja, publicar ou perecer (*publish or perish*), realidade enfrentada por pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, e resultado de políticas nacionais de informação científica, com reflexo acadêmico-administrativo nas instituições de ensino superior e de pesquisa.

No caso brasileiro, o capitalismo científico impõe ao produtor de conhecimento/conteúdo que o envie para editoras, bancos e bases de dados comerciais, visto que são estes que detêm os melhores fatores de impacto, e quanto maior for o fator de impacto, mais bem avaliado será o produtor de conhecimento/conteúdo e, por consequência, a instituição ao qual é afiliado, criando um círculo vicioso. Assim, ao produtor de conhecimento/conteúdo não interessa disseminá-lo por meio dos repositórios institucionais, ao contrário, a ele interessa disseminá-lo em canais que possuam fator de impacto para que possa ser bem avaliado pelas agências de avaliação e fomento do país e do exterior.

Ainda, em relação aos repositórios institucionais, vale lembrar que as bibliotecas, sejam universitárias, especializadas, públicas ou escolares, devem respeitar os direitos de autor, uma vez que estes são garantidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que entre outros aspectos define:

Art. 7º - São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I. os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II. as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III. as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV. as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V. as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI. as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII. as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII. as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX. as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X. os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI. as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII. os programas de computador;
- XIII. as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual (Brasil, 1998).

Ressalta-se que existe um Anteprojeto de Lei de Direitos Autorais em consulta à sociedade, visando ajustar alguns conteúdos, pois há o entendimento de que a lei atual não atende aos aspectos eletrônicos e digitais do mundo contemporâneo.

A partir da LAI, o cidadão tem o direito de acesso à informação, mas quais são os limites de privacidade e de proteção aos dados? A biblioteca deve tomar a frente e debater essa questão junto à sociedade, de modo a propiciar serviços e produtos informacionais que atendam o público usuário sem fraudar a legislação em vigor.

Nessa perspectiva, a regulação da internet passa a ser de interesse da biblioteca contemporânea, portanto, participar ativamente da formulação de políticas de informação e de normas nacionais que estabeleçam a proteção aos dados científicos relevantes para o país – mas, por outro lado, propicie o acesso a memória de conhecimento à sociedade – é essencial.

Outra questão que impacta as bibliotecas universitárias, especializadas, públicas e escolares na contemporaneidade se refere a situação dual: posse *versus* acervo. As editoras comerciais e universitárias, os bancos e bases de dados, a partir do avanço das tecnologias de informação e comunicação, oferecem milhões de conteúdos informacionais eletrônicos e digitais, por meio de assinaturas (em geral anuais), isso significa que a biblioteca não detém a posse dos referidos conteúdos, mas apenas o acesso durante a vigência da assinatura, se ao findar a assinatura a biblioteca não renová-la, perderá o direito de acesso aos conteúdos, ou seja, não poderá mais oferecer o acesso aos conteúdos pagos durante um determinado período ao seu público usuário.

Para resolver essa questão, as bibliotecas têm adquirido os *backfiles* dos conteúdos assinados, visando não perder o acesso aos conteúdos em momentos de crise institucional, situação que pode ocorrer em diferentes momentos, visto que as bibliotecas dependem do orçamento destinado a elas pela administração central das instituições às quais são vinculadas.

Os conteúdos eletrônicos e digitais, as novas mídias e formatos exigem que as bibliotecas desenvolvam em suas equipes competências e habilidades para o manuseio efetivo desses recursos tecnológicos. Como exemplo, pode-se mencionar os *e-books* e os periódicos eletrônicos que, atualmente, se constituem em uma realidade e cuja tendência é ampliar-se cada vez mais.

Além disso, as bibliotecas contemporâneas passaram a ser produtoras de conteúdos, mapeando, selecionando, reunindo, tratando, organizando, gerenciando e disseminando conteúdos gerados pela própria comunidade na qual está inserida. Entre as atividades realizadas, destaca-se a preservação digital que envolve o estabelecimento de uma política ampla, abrangendo desde o armazenamento (qualidade da matriz, capacidade do *storage*, *backup*, segurança de dados) até a preservação (*upgrade* de mídia, *upgrade* de formato etc.), para que possa garantir de fato o acesso à informação ao longo do tempo para a própria comunidade e, em última instância, à sociedade em geral.

Contudo, é importante mencionar que para atender aos requisitos essenciais do mundo eletrônico e digital, é necessário investimento, o que nem sempre ocorre, principalmente no âmbito das bibliotecas públicas e escolares. Sendo assim, é importante que a biblioteca receba um orçamento que contemple a infraestrutura necessária para desenvolver as atividades e tarefas relacionadas que dependem de infraestrutura tecnológica.

As bibliotecas têm transformado do suporte em papel para o suporte digital vários conteúdos ou coleções importantes existentes em seus acervos, atendendo uma de suas funções primordiais que é a democratização do acesso à informação, bem como a preservação da informação e do conhecimento. Nessa perspectiva, ressalta-se que a biblioteca deve ser um espaço de disseminação do conhecimento, de maneira que os conteúdos sob sua responsabilidade possam ser acessados fora dos *muros* da biblioteca.

Ainda no âmbito da democratização do acesso à informação, as bibliotecas têm oferecido uma infraestrutura tecnológica, como microcomputadores, nos quais o usuário pode acessar os bancos e as bases de dados internos gerados por elas e, também, os bancos e as bases de dados adquiridos e disponibilizados via acesso à rede internet. Além disso, visando a mobilidade do usuário no ambiente institucional, as bibliotecas têm disponibilizado equipamentos móveis, por exemplo, *netbook*, *tablet*, entre outros. Isto faz com que o usuário possa circular no ambiente institucional sem perder a possibilidade de pesquisar nos diferentes recursos informacionais disponíveis.

Os avanços das telecomunicações, dos dispositivos informáticos portáteis, das interfaces por voz, tato e imagem, e dos sistemas integrados são uma realidade. Dessa maneira, a biblioteca contemporânea passou a desenvolver produtos e serviços informacionais nesse novo modelo tecnológico. Assim, várias atividades bibliotecárias têm se alterado, no intuito de atender às novas demandas da sociedade.

Destacam-se as atividades voltadas à representação descritiva da informação que, atualmente, podem aplicar os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (*Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR*), modelo desenvolvido pelo Grupo de Estudo sobre os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (*Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records*) da Ifla (1998), cujos objetivos contemplam:

propiciar um *framework* estruturado e claramente definido, para relacionar os dados registrados em registros bibliográficos às necessidades dos usuários desses registros. (...) recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por agências bibliográficas nacionais (Ifla, 1998, p. 7, tradução nossa).

Ainda em relação à representação da informação, o Recurso de Descrição e Acesso (*Resource Description and Access – RDA*), desenvolvido pelo Comitê Diretivo Conjunto para o Desenvolvimento do RDA (*Joint Steering Committee for Development of RDA*), sob a responsabilidade das seguintes instituições: *American Library Association* (ALA), *The Canadian Library Association* (CLA) e *Chartered Institute of Documentação e Informação Profissionais* (Cilip), objetiva “fornecer um conjunto de orientações e instruções sobre a formulação de dados descritivos e dados de controle de ponto de acesso para apoiar a descoberta de recursos (Joint..., 2009, p. 1, tradução nossa). O RDA é o novo padrão de catalogação que substituirá o Código de Catalogação Anglo-Americano (*Anglo-American Cataloguing Rules – AACR2*).

No que tange as atividades de representação temática da informação, destaca-se o uso da *folksonomia*, termo cunhado por Thomas Vander Wal,⁴ cujo conceito é apresentado por Catarino e Baptista (2007): *folksonomia* é o resultado da etiquetagem dos recursos da *web*, num ambiente social compartilhado e aberto, visando sua recuperação. As autoras mencionam três aspectos fundamentais: *i*) resulta da indexação livre do próprio usuário do recurso; *ii*) objetiva a recuperação da informação posteriormente; e *iii*) desenvolvida em um ambiente aberto que possibilita o compartilhamento e, em alguns casos, a construção conjunta.

O uso de *folksonomia* contribui para o desenvolvimento da aprendizagem colaborativa, o compartilhamento de conhecimento entre usuários que possuam interesses em comum, entre outros aspectos que vão ao encontro da dinâmica do conhecimento na contemporaneidade.

Destaca-se, também, o uso das taxonomias no âmbito das bibliotecas digitais e da *web* semântica. Aganette, Alvarenga e Souza (2010, p. 87) explicam que,

as taxonomias apresentam definições variadas, assim como suas características, origens, e usos práticos em diferentes ambientes informacionais. Entretanto, algumas dessas características, usos e aplicações são reincidentes, (...) a construção da sistemática e a ordenação da informação a partir de sua estrutura hierárquica de subordinação de assuntos. (...) ser um tipo de vocabulário controlado. (...) classificar de forma hierárquica as informações e os conteúdos para que os mesmos possam ser recuperados e acessados por mecanismos de recuperação informacional.

Dessa maneira, as taxonomias contribuem para a organização de conteúdos, visando propiciar uma estrutura eficiente de navegação no ambiente *web*.

As ontologias se constituem em um importante elemento da *web* semântica, pois otimizam o trabalho colaborativo entre o homem e a máquina. Schiessl e Bräscher (2011, p. 304) explicam que, “Nessa visão, as ontologias poderiam ser construídas a partir da especificação de vocabulário compartilhado entre especialistas de domínio ou com reutilização de ontologias disponíveis”, ou seja, as ontologias contribuem para a compreensão comum de um domínio de especialidade, amenizando ambiguidades conceituais e terminológicas.

No que tange às atividades vinculadas às tecnologias de informação e comunicação, as transformações ocorrem de modo dinâmico, devido à evolução natural da tecnologia que, por sua vez, impacta diretamente nas atividades bibliotecárias. Como exemplo pode-se mencionar a aplicação da biometria para realizar o cadastro de usuários e o empréstimo de materiais, proporcionando mais segurança, tanto para a própria biblioteca quanto para o público usuário. A biometria é baseada no reconhecimento de padrões e opera, por meio da obtenção de dados de um indivíduo, de duas formas: verificação ou identificação.

4. Vanderwal.net. *Folksonomy definition and Wikipedia*. Disponível em: <<https://goo.gl/J1Jbfd>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

No modo de verificação, o sistema valida a identidade de uma pessoa comparando os dados biométricos capturados com seu próprio modelo biométrico armazenado pelo sistema no banco de dados. No modo de identificação, o sistema reconhece um indivíduo procurando os modelos de todos os usuários no banco de dados para uma partida (Bastos e Valentim, 2010, p. 4).

No intuito de agilizar o tempo que o usuário dispõe para emprestar ou devolver materiais, as bibliotecas contemporâneas têm implementado serviços de autoempréstimo e autodevolução, a partir da tecnologia Identificação por Rádio Frequência (*Radio-Frequency Identification – RFID*). Messias *et al.* (2012, p. 3) explicam que:

Os serviços de auto empréstimo e auto devolução sustentados por essa tecnologia proporcionam autonomia e praticidade aos usuários, minimizando o tempo de espera nas filas de atendimento. Com o fluxo mais dinâmico os profissionais demandam menos tempo em questões burocráticas, dedicando-se ao atendimento personalizado. Com a utilização das etiquetas inteligentes o inventário é facilitado e pode ser realizado com maior frequência já que o tempo demandado para essa tarefa tende a ser menor.

Ainda em relação a autoempréstimo e autodevolução, a tecnologia RFID propicia maior segurança, no que se refere ao extravio de materiais, uma vez que, em geral, a RFID está conectada aos portões de segurança da biblioteca. Para o uso da tecnologia RFID, é necessário adquirir equipamentos e sistemas específicos para esse fim que, por sua vez, estão interligados ao(s) sistema(s) que gerencia(m) as atividades da biblioteca. A tecnologia RFID também é uma aliada para a realização de inventários, pois esta é uma atividade que exige tempo e envolvimento de vários funcionários, principalmente se a quantidade de materiais a ser inventariada é elevada.

No que tange ao rápido acesso e recuperação da informação nos catálogos *on-line* (*Online Public Access Catalog – Opac*), repositórios, bancos e bases de dados, bibliotecas digitais, portais e *sites*, entre outros recursos, não interessa ao usuário saber em qual acervo/coleção estão armazenadas as informações de que necessita. Nessa perspectiva, as bibliotecas contemporâneas têm implementado metabuscadores que possibilitam a busca em todos os recursos informacionais disponibilizados pela biblioteca, sejam recursos gerados internamente ou adquiridos externamente de outros fornecedores.

Os metabuscadores propiciam aos usuários realizarem pesquisas simultâneas em distintas fontes e visualizarem os resultados em uma única interface. Além disso, removem os resultados duplicados e os apresentam em ordem de relevância, relacionando-os a diretórios, bancos e bases de dados em que estão alocados.

Dessa maneira, o usuário elabora uma única estratégia de busca que, por sua vez, fará a varredura em todos os recursos informacionais existentes, independentemente se é um livro que está cadastrado na Opac, se é um artigo de periódico assinado de um determinado fornecedor, se é um documento digital armazenado no repositório institucional, enfim, o resultado da busca apresenta a relação dos materiais que contêm o conteúdo desejado, informando a coleção/acervo da qual faz parte e em que local está disponível para acesso.

Outro aspecto que tem impactado as bibliotecas contemporâneas diz respeito ao uso das redes sociais para realizar a mediação e disseminação da informação, de maneira que distintos públicos tenham acesso às informações que a biblioteca julga relevante, ou seja, desenvolver serviços informacionais customizados, visando atender o público usuário, a comunidade local e a sociedade em geral. Para tanto, os profissionais que atuam nos diferentes tipos de biblioteca têm buscado aprender a *linguagem das redes*, uma vez que esta exige criatividade, direcionamento e segmentação, ou seja, para cada grupo de usuários são desenvolvidos serviços e produtos informacionais específicos.

Nesse contexto, destacam-se também as mudanças provocadas pela educação *on-line* e a distância, que altera a maneira de a biblioteca oferecer seus serviços e produtos, visto que o público usuário não frequenta a biblioteca *in loco*. Sendo assim, as bibliotecas repensam novas formas de disponibilização de seus produtos e serviços informacionais, valendo-se das tecnologias de informação e comunicação.

As *novas* tecnologias são objeto de atenção das bibliotecas contemporâneas, mais especificamente as tecnologias *touch*, *laser*, 3D, entre outras. Por exemplo, para realizar a busca de informação em diferentes recursos informacionais da biblioteca, o usuário pode usar seu próprio *smartphone*, *tablet*, entre outros dispositivos móveis. Ferreira (2004) explica que a tecnologia *touch* propicia o fornecimento de informação de modo personalizado, visto que o serviço é orientado para o usuário.

A tecnologia *laser* está sendo usada para propiciar o acesso, o manuseio e a preservação de obras raras. No âmbito da preservação, o *laser* tem sido aplicado para recuperar obras danificadas, bem como para realizar a digitalização propriamente dita que ocorre por meio da leitura a laser e do reconhecimento de caracteres. Em relação ao acesso e manuseio, esta tecnologia tem sido aplicada para que o usuário não tenha contato direto com a obra original, a interação entre o usuário e a obra digitalizada ocorre por meio de sua visualização em tela ou *display*, cujos detalhes são nítidos e podem ser manuseados de diferentes maneiras. Os movimentos que o usuário realiza à frente do equipamento são identificados pela tecnologia laser e propiciam desde o folhear a obra até o aumento ou a diminuição de um detalhe da obra.

Vale ressaltar que o usuário não precisa tocar o *display* ou a tela para que seus movimentos sejam reconhecidos pela tecnologia.

A tecnologia 3D⁵ também já é uma realidade para algumas bibliotecas, e tem sido aplicada em obras raras, estas são processadas por um *scanner* 3D e, assim, podem ser projetadas em uma tela em três dimensões. Para o usuário visualizar a obra em 360°, é necessário que ele utilize óculos especiais.

A sociedade cada vez mais conectada, bem como os nativos digitais, trazem um desafio para as bibliotecas, desse modo, tanto os profissionais quanto os usuários que frequentam os espaços informacionais necessitam ter ou desenvolver competências voltadas à informação. As bibliotecas contemporâneas têm instituído programas de competência em informação (CoInfo) direcionados ao público usuário. São programas que visam propiciar ao usuário as competências necessárias para manejar as tecnologias de informação e as fontes de informação, bem como saber usar a informação para a construção de conhecimento (quadro 1).

QUADRO 1

As concepções de competência em informação propostas por Bruce

Categorias	Concepções
Categoria 1	Concepção baseada em tecnologias de informação e comunicação: relacionada ao modo que o indivíduo maneja as tecnologias de informação e comunicação para recuperar informações.
Categoria 2	Concepção baseada em fontes de informação: relacionada ao modo que o indivíduo identifica e seleciona as fontes de informação mais adequadas para buscar a informação que necessita.
Categoria 3	Concepção baseada no processo informacional: relacionada ao modo que o indivíduo define as estratégias de ação durante o processo informacional propriamente dito.
Categoria 4	Concepção baseada no controle da informação: relacionada ao modo que o indivíduo controla as informações que recuperou, no que tange ao armazenamento para posterior recuperação.
Categoria 5	Concepção baseada na construção de conhecimento: relacionada ao modo que o indivíduo cria uma base de conhecimento pessoal, em uma nova área de interesse.
Categoria 6	Concepção baseada na extensão do conhecimento: relacionada ao modo que o indivíduo trabalha o conhecimento e as perspectivas pessoais, na medida em que novos conhecimentos são adquiridos.
Categoria 7	Concepção baseada na sabedoria: relacionado ao modo que o indivíduo usa as informações com sabedoria para o benefício de outros.

Fonte: Bruce (1997, tradução nossa).

As sete categorias propostas por Bruce (1997) evidenciam as distintas possibilidades de as bibliotecas trabalharem a competência em informação junto ao público usuário. Algumas bibliotecas estão, primeiramente, capacitando os profissionais que nelas atuam, para posteriormente desenvolverem atividades dirigidas aos usuários.

5. O *3D-BSB-explorer* é um sistema de apresentação inovadora, controlada pelo gesto, que foi desenvolvido conjuntamente pela Biblioteca Estadual da Baviera (Bayerische Staatsbibliothek – BSB) e o Fraunhofer Heinrich Hertz Institute. O dispositivo serve para a apresentação tridimensional de manuscritos originais e livros impressos raros. Para mais detalhes, ver: *The 3D-BSB-Explorer: Reading manuscripts in 3D*. Disponível em: <<https://goo.gl/qwPpCA>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

Para atender a LAI, já descrita na seção 2 deste capítulo, as bibliotecas têm implantado uma infraestrutura adequada para propiciar o acesso à informação aos portadores de necessidades especiais, seja no âmbito físico – *in loco* às instalações internas e aos recursos informacionais da biblioteca –, seja no âmbito do ambiente *web*.

Dessa maneira, para atender à Lei nº 13.146/2015, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015a), bem como às diretrizes da Ifla, para cegos (Kavanagh e Sköld, 2005) e surdos (Day, 2000), e da *Association of Specialized and Cooperative Library Agencies* (Ascla), para portadores de outros tipos de deficiências (Ascla, 2011), as bibliotecas têm disponibilizado equipamentos e recursos que possibilitam aos portadores de necessidades especiais acessarem a informação.

Entre os recursos para cegos, pode-se citar: *software* de sintetizador de voz; teclado com sintetizador de voz; navegadores com ampliação de telas para pessoas com visão subnormal; *software* que possibilita digitar diretamente ou importar um texto de um editor de texto convencional para uma impressora *braille*; entre outros. No que tange aos recursos para surdos, podem ser citados: *software* transformador de som em linguagem brasileira de sinais (Libras); aparelhos auditivos para pessoas com baixa audição; luvas que transformam os movimentos das mãos (Libras) em som; sinais de alerta; entre outros. Nesse intuito, as bibliotecas têm se preocupado em capacitar pelo menos um profissional em libras.

Outro aspecto que tem sido objeto de atenção, se relaciona à estrutura e gestão das bibliotecas, uma vez que é por meio da estrutura e da gestão que os serviços e produtos informacionais são desenvolvidos e ofertados ao público usuário. Entre as atividades desenvolvidas nesse âmbito, pode-se destacar a elaboração do planejamento estratégico para médio ou longo prazo, uma vez que, geralmente, os planejamentos realizados anteriormente eram de curto prazo. Isso denota a preocupação dos gestores de bibliotecas em planejar para o futuro, propiciando mais segurança na direção a ser seguida. Ainda em relação ao planejamento, observam-se várias iniciativas que envolvem toda a equipe da biblioteca na elaboração do plano, conferindo-lhe maior credibilidade, bem como obtendo o compromisso necessário para sua implementação e execução.

O planejamento, enquanto instrumento de gestão, deve obrigatoriamente definir a missão e a visão da biblioteca, evidenciando a razão de ser da biblioteca. Além disso, evidencia os pontos fortes e fracos da biblioteca, assim como propicia uma percepção mais ampliada das questões globais que, por sua vez, impactam nas questões locais. O planejamento estratégico alinha os objetivos da biblioteca aos da instituição na qual ela está vinculada, propiciando a necessária valorização dos processos e das atividades desenvolvidas.

No que tange à gestão das bibliotecas, novos modelos estão sendo aplicados, por exemplo, a gestão do conhecimento, cujo intuito é buscar a melhoria contínua dos serviços e produtos informacionais desenvolvidos e ofertados ao público usuário. Para tanto, os programas de competência em informação voltados à equipe, conforme anteriormente mencionado, têm obtido resultados importantes que impactam na cultura e na comunicação organizacional, proporcionando um ambiente de aprendizagem que, por sua vez, a prepara para as transformações, sociais, culturais e tecnológicas.

As bibliotecas têm se transformado em produtoras de informação, no que tange ao uso e reuso de dados e informações disponíveis em diferentes mídias, gerando novos conteúdos, produtos e serviços informacionais, bem como disponibilizando seu acesso desde os sistemas de informação formais até as redes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer as perspectivas e tendências informacionais, isto é, as transformações que impactam direta ou indiretamente a mediação da informação junto aos distintos públicos usuários, é essencial para as bibliotecas contemporâneas.

A partir das discussões realizadas, apresenta-se o perfil da biblioteca contemporânea (quadro 2).

QUADRO 2

Perfil da biblioteca contemporânea

Acesso local [<i>in loco</i>] e remoto [intranet, <i>Virtual Private Network</i> (VPN) e internet] às coleções/acervo, por meio de catálogos, bancos e bases de dados internos e externos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.
Armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais em servidores que possibilitam a recuperação da informação em redes de computadores distribuídos.
Ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais.
Preservação de conteúdos relevantes por meio de digitalização, utilizando para isso de distintos tipos de tecnologia, proporcionando ao público usuário diferentes maneiras de acesso e recuperação.
Representação de materiais e conteúdos, por meio da aplicação de formatos e modelos que contemplem a cooperação de dados (Z39.50).
Linguagem documentária e natural, por meio da aplicação de classificações, tesouros, terminologias, taxonomias, <i>folksonomias</i> e ontologias.
Uso de tecnologias assistivas para portadores de necessidades especiais.
Administração centrada na gestão da informação e do conhecimento.
Desenvolvimento da competência em informação na equipe da biblioteca, enfocando a aprendizagem contínua.
Desenvolvimento de programas de competência em informação no público usuário, propiciando condições para o acesso, apropriação e uso de informação, para a construção de conhecimento.
Implementação de tecnologias que proporcionam eficiência aos serviços bibliotecários.
Implementação de tecnologias que proporcionam a autonomia dos usuários, no que tange ao acesso e à recuperação da informação, bem como à interatividade e ao uso do espaço da biblioteca.
Ambiente customizado, visando privilegiar os espaços de interação entre o usuário e a informação.
Serviços e produtos informacionais customizados, podendo ser gratuitos ou pagos, dependendo do tipo de público usuário.
Aquisição planejada e dirigida de conteúdos informacionais, visando atender às demandas e necessidades da comunidade usuária.
Produção de conteúdos informacionais voltados ao público usuário.

Elaboração da autora.

Os gestores das bibliotecas contemporâneas realizam a aquisição planejada e dirigida de conteúdos informacionais, visando atender às demandas e necessidades do público usuário. Este alinhamento é necessário para bem utilizar os recursos orçamentários destinados à biblioteca.

As bibliotecas contemporâneas se preocupam com o acesso tanto *in loco* quanto remoto, conforme mencionado anteriormente. Um recurso utilizado em IES e institutos de pesquisa é o *Virtual Private Network*, de modo que o usuário possa acessar catálogos, bancos e bases de dados internos e externos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais de qualquer natureza, de sua residência. Este recurso é essencial para agilizar o acesso e a recuperação da informação, sem que o usuário precise ir à biblioteca.

A elaboração de políticas de preservação de conteúdos eletrônicos e digitais passaram a ser uma prática das bibliotecas contemporâneas, devido à realidade que ora se apresenta. Os conteúdos eletrônicos e digitais são um fato e farão parte, cada vez mais, do cotidiano bibliotecário.

Nesse aspecto, há que se destacar que as bibliotecas contemporâneas se constituem em ambientes híbridos, compostos por distintas mídias, formatos e suportes, cujos conteúdos impressos, eletrônicos e digitais, necessitam de ações específicas. A preservação de conteúdos relevantes, portanto, depende de atividades realizadas no presente, para que no futuro o público usuário e a sociedade em geral possam de fato acessá-los.

Para tanto, não basta enfocar apenas a preservação de conteúdos, mas também a representação desses conteúdos. As tecnologias atuais requerem compartilhamento de dados, por essa razão, representar os conteúdos por meio de protocolos que propiciem a cooperação de dados em redes de computadores é essencial. Além disso, a análise dos diferentes conteúdos distribuídos em acervos e coleções necessita ajustar-se ao ambiente *web*, cujas possibilidades são múltiplas. Aplicar taxonomias, *folksonomias* e ontologias é essencial para que o público usuário possa de fato recuperar a informação de que necessita. Ainda no que tange ao acesso e à recuperação, a implementação de tecnologias assistivas para portadores de necessidades especiais é fundamental.

Os gestores de bibliotecas necessitam centrar suas energias na gestão da informação e do conhecimento, bem como criar programas de competência em informação na equipe da biblioteca, propiciando a aprendizagem contínua. Além disso, é importante desenvolver programas de competência em informação no público usuário, propiciando condições para o acesso, a apropriação e o uso da informação para a construção de conhecimento; e implementar tecnologias que

proporcionem eficiência e eficácia aos serviços e produtos informacionais, bem como que deem autonomia aos usuários, no que tange ao acesso e à recuperação da informação, à interatividade e ao uso do espaço da biblioteca.

Os espaços da biblioteca contemporânea devem ser customizados, de modo a atender diferentes públicos da melhor maneira possível. Além disso, propiciar espaços de interação entre o usuário e a informação.

As pessoas são a essência das bibliotecas contemporâneas, por um lado, os profissionais que nelas atuam e, por outro lado, o público usuário que necessita de seus serviços e produtos informacionais. Nessa perspectiva, as bibliotecas têm trabalhado para proporcionar as melhores condições de trabalho à sua equipe e desenvolver, da melhor maneira possível, as atividades bibliotecárias, visando atender aos anseios do público usuário.

Os serviços e produtos bibliotecários estão cada vez mais alinhados às necessidades informacionais da sociedade. Atualmente, as bibliotecas possuem mais clareza quanto ao papel que devem desempenhar, cuja responsabilidade social se inter-relaciona à geração de conhecimento, ao apoio da educação formal e informal, à criação de espaços de cultura e lazer e à construção da cidadania.

Evidencia-se, assim, uma atuação transformadora que, por sua vez, exige uma nova maneira de pensar e um novo papel a cumprir junto à sociedade.

REFERÊNCIAS

AGANETTE, E.; ALVARENGA, L.; SOUZA, R. R. Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 77-93, set./dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/M8AxoV>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ASCLA – ASSOCIATION OF SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES. **Revised standards and guidelines of service for the Library of Congress Network of Libraries for the blind and physically handicapped**. Chicago, 2011.

ASSUNÇÃO, R. V.; REIS, A. M. O futuro das bibliotecas pós-Google books. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, p. 1-11, dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/2MYtpF>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BALMANT, O. Em 72,5% das escolas não há biblioteca; lei prevê obrigatoriedade até 2020. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/BNkJKG>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BASTOS, F. M.; VALENTIM, M. L. P. O uso de tecnologias aplicadas à racionalização de serviços bibliotecários: a implantação do sistema de biometria na Rede de Bibliotecas da Unesp. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2010. **Anais Eletrônico...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/EuX0TX>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/dljHsE>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/itHCAX>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/VP3XVG>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/rGRbAH>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º, do art. 37, e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e os dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011a. Disponível em: <<https://goo.gl/QafDwe>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011b. Disponível em: <<https://goo.gl/4sUFN5>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/MX81Un>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/m2QPli>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 28/2015. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília: Congresso Nacional, 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/CvUePb>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRUCE, C. **Seven faces of information literacy in higher education**. Brisbane (Austrália): QUT, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/DnH0Vd>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CADERNO DO PNLL 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/9Rg6iY>>. Acesso em: 12. Jan. 2016.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1-17, jun. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/WrVvTF>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CFB – CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. **Boletim da Biblioteconomia**, Brasília, v. 8, n. 67, p. 1-18, dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/j5yPIZ>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAY, J. M. (Ed.). **Guidelines for library services to deaf people**. 2. ed. The Hague: Ifla, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/lZCzQy>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FERREIRA, M. I. G. M. High tech/high touch: serviço de referência e mediação humana. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., 2004. **Actas...** Lisboa: BAD, 2004. 7p. Disponível em: <<https://goo.gl/lnW39C>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/2qTIVe>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records: Final report**. München: Saur, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/vywK7b>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO – THE UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Manifesto Ifla/Unesco sobre bibliotecas públicas**. The Hague: Ifla, 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/XDE60v>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Manifesto Ifla/Unesco para biblioteca escolar**. The Hague: Ifla, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/cEbZMd>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

JOINT Steering Committee for Development of RDA. **RDA: Resource description and access – scope and structure**. [s.l.], 2009. (5JSC/RDA/Scope/Rev/4). Disponível em: <<https://goo.gl/3F65L8>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

KAVANAGH, R.; SKÖLD, B. C. Libraries for the blind in the information age guidelines for development. The Hague: Ifla, 2005. 87p. Disponível em: <<https://goo.gl/XXtJYX>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LUX, C. Bibliotecas na agenda: uma questão importante para a sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 14-33, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/7IxGok>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MESSIAS, L. C. S. *et al.* Implantação do sistema de autoatendimento na Biblioteca da Unesp do campus de Bauru: perspectivas de otimização nos serviços de empréstimo e devolução. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012. **Anais Eletrônico...** Gramado: UFRGS, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/dlWLRl>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

POZZEBOM, R. **Brasil precisa construir 64 mil bibliotecas escolares até 2020 para cumprir meta.** Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/c1JsfS>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SCHIESSL, M.; BRÄSCHER, M. Do texto às ontologias: uma perspectiva para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 301-311, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/fSKK1A>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei nº 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/6FAUwS>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

TARGINO, M. G. A biblioteca no marco constitucional do país. **Transformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/yG6avL>>. Acesso em: 12 jan. 2016.